



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº

149 / 2019

Senhora Presidente

Nobres Vereadores

O Vereador **MAURO DE SOUSA PENIDO**, como também os vereadores que subscrevem a presente Moção, requerem nos termos regimentais, a apreciação e aprovação do nobre Plenário, da presente **MOÇÃO DE APOIO**, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, para a imediata abertura da “CPI da Lava Toga”, com objetivo de investigar a atuação de membros dos Tribunais Superiores.

**JUSTIFICATIVA:**

É fato que um grupo de Senadores da República, mobilizam-se através do Senado Federal para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação do Poder Judiciário Brasileiro, tendo já conseguido as 27 assinaturas necessárias para pedir a instalação da chamada **CPI da Lava Toga**, pedido este de iniciativa e de autoria do Senador Alessandro Vieira (Cidadania - SE).

Com evidentes e esperadas pressões por parte de vários senadores e ainda com admirável campanha de parte do próprio Poder Judiciário desabonando a iniciativa de se investigar a conduta dos Tribunais Superiores Brasileiros, torna-se imprescindível o apoio à iniciativa de se investigar possíveis condutas que extrapolam a função de



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

um dos Poderes da República, a exemplo do Líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), que não só assinou o pedido de CPI, como comentou de forma enfática: “A Lava Jato deu uma limpada no Legislativo e no Executivo. Agora é a hora e a vez da depuração da cúpula do Judiciário brasileiro” – afirmou o senador brasileiro.

Registre-se que este é terceiro pedido de CPI da Lava Toga apresentado pelo Senador Alessandro Vieira neste ano de 2019, sendo o primeiro arquivado e o segundo, aguarda recurso no Supremo Tribunal Federal (STF).

Historicamente no Brasil, já ocorreu anteriormente a “CPI do Judiciário” tendo sido instalada em abril de 1999, através de requerimento apresentado pelo então Senador Antonio Carlos Magalhães, encerrando as investigações nove meses após com saldo de nove casos investigados.

De todas as investigações feitas à época, o caso mais gritante e que mais chamou a atenção da mídia e dos brasileiros foram as denúncias de ilegalidades e superfaturamento na construção do prédio das Juntas de Conciliação e Julgamento do TRT-SP na capital paulista.

Em um dos mais conhecidos escândalos nacionais, e segundo o relatório da “CPI do Judiciário” em trabalho dos mais produtivos, entre outros casos, concluiu que o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT-SP, praticou atos que indicaram improbidade administrativa, enriquecimento ilícito e desvio de dinheiro público em proveito próprio e alheio, durante o período em que foi responsável pela



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

construção do edifício-sede das Juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal. Na apuração feita pela CPI, constatou-se que a obra do O TRT-SP (Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo) começou em 1993 e foi interrompida em outubro de 1998, por falta de dinheiro, depois de consumir quase R\$ 240 milhões. As investigações apontaram um desvio de R\$ 169,5 milhões, e entre os bens adquiridos e investigados pela CPI, apontou um apartamento de US\$ 800 mil em Miami e US\$ 3,8 milhões depositados na Suíça e nas Ilhas Cayman, fatos estes que deixam claro a importância dos instrumentos investigatórios num país em estado democrático de direito, com liberdade de investigação, e ainda com total e ampla transparência dos fatos.

O requerimento para a instauração de uma CPI da Lava Toga, para investigar a atuação Poder Judiciário, destaca, segundo seu autor, que “não se trata de perquirir as atribuições do Poder Judiciário, mas, sim, de investigar condutas que extrapolem o exercício regular dessas competências”.

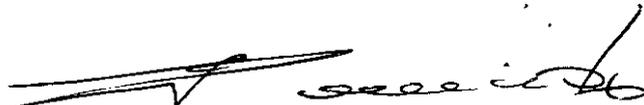
O parlamentar propõe averiguar o abuso de pedidos de vista ou expedientes processuais para retardar ou inviabilizar decisões de plenário, a diferença do tempo de tramitação de pedidos a depender do interessado e o excesso de decisões contraditórias para casos idênticos, além de se investigar o desrespeito ao princípio do colegiado, e a participação de ministros em atividades econômicas incompatíveis com a Lei Orgânica da Magistratura.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Assim, Senhor Presidente e Nobres Vereadores, encaminhamos esta **MOÇÃO DE APOIO**, que após lida e aprovada pelos nobres pares, deverá ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, para a abertura da "CPI da Lava Toga", com objetivo de investigar a atuação de membros dos Tribunais Superiores em atuação.

Valinhos, 16 de setembro de 2019.



**MAURO DE SOUSA PENIDO**

Vereador



maior



**KIKO BELONI**  
Vereador  
PSB

